




*Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.*

## JURISPRUDÊNCIA


### 1. Acidente de trabalho configura dano estético indenizável


 O TRT-2 manteve indenização a empregado que sofreu acidente sem EPI, resultando em cicatriz permanente. O colegiado reconheceu que a alteração estética visível gera reparação autônoma, ainda que sem prejuízo à capacidade laboral.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a possibilidade de cumulação entre dano moral e estético, ampliando riscos trabalhistas. Recomenda-se rigor na gestão de EPIs e no cumprimento de normas de saúde e segurança para mitigar passivos.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-mantem-indenizacao-por-dano-estetico-em-acidente-de-trabalho-com-cicatriz-permanente>


### 2. Empregada com Transtorno do Espectro Autista - TEA e ansiedade tem direito a teletrabalho e redução de jornada

 O TRT-2 garantiu teletrabalho e redução de 25% da jornada a empregada com TEA, sem redução salarial, diante de laudo que indicou riscos à saúde no trabalho presencial. Foi destacado o dever do empregador de promover adaptações razoáveis, com base na legislação e no art. 75-F da CLT.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a obrigação de acomodação de trabalhadores com deficiência, especialmente diante da existência de fatores psicossociais de risco relevantes para o agravamento da patologia. Recomenda-se avaliar pedidos com base técnica e documentar a análise para mitigação de riscos.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/empregada-com-tea-obtem-direito-a-teletrabalho-e-reducao-de-jornada>

### 3. Reversão de justa causa de gestante não gera dano moral sem conduta abusiva

 O TRT-2 manteve a reversão da justa causa aplicada a gestante por suposto abandono de emprego, diante da apresentação de atestados médicos e ausência de prova de falta

grave. Contudo, afastou a indenização por danos morais por inexistência de conduta abusiva da empregadora.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a justa causa exige prova robusta e análise do contexto de vulnerabilidade da gestante. Por outro lado, evidencia que a reversão da penalidade não implica automaticamente dano moral, que depende de demonstração de efetiva lesão e culpa do empregador.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-mantem-reversao-de-justa-causa-de-gestante-e-afasta-dano-moral>

#### 4. Sindicato não pode receber créditos trabalhistas sem procuração específica

📌 O TST decidiu que, embora o sindicato tenha legitimidade para atuar como substituto processual, não possui poderes automáticos para receber ou dar quitação de valores devidos aos trabalhadores. Para tanto, é necessária autorização expressa por meio de procuração específica.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão delimita o alcance da substituição processual, exigindo formalização para atos de disposição patrimonial. Recomenda-se atenção na fase de execução, garantindo a regular representação do trabalhador para evitar entraves no levantamento de valores.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/sindicato-nao-pode-receber-valores-devidos-a-trabalhadora-sem-procuracao>


#### 5. Acidente gera indenização e pensão integral por invalidez permanente


📌 O TST manteve condenação de empresa ao pagamento de indenização e pensão mensal integral a técnico que sofreu acidente grave, resultando em invalidez permanente. O colegiado reconheceu a responsabilidade exclusiva da empresa por falhas nas normas de segurança.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilidade do empregador em acidentes graves e valida indenizações elevadas diante de sequelas permanentes e incapacidade total. Evidencia ainda a importância de rigor absoluto em protocolos de segurança operacional para mitigação de riscos.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/siderurgica-deve-indenizar-tecnico-de-22-anos-com-invalidez-permanente-apos-acidente>


## 6. Empresa responde por morte de trabalhador em atividade de risco (dano em ricochete)


 O TST condenou empresa ao pagamento de indenização por danos morais à familiares de entregador morto em acidente de trânsito durante o trabalho. Foi reconhecido a responsabilidade objetiva pela atividade de risco, ainda que o acidente tenha sido causado por terceiro.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a aplicação da responsabilidade em atividades de risco e a possibilidade de indenização por dano em ricochete a familiares próximos, independentemente da culpa direta do empregador.

 <https://www.tst.jus.br/-/farmacia-tera-de-indenizar-mae-e-irmaos-de-entregador-morto-em-acidente-de-transito>


## 7. Trabalho contribui para transtornos mentais e Justiça anula pedido de demissão por vício de consentimento


 O TRT-15 reconheceu nexos concausal entre o trabalho e transtornos mentais de trabalhadora do setor logístico, com diagnóstico de burnout e quadro ansioso-depressivo. O colegiado considerou que o ambiente laboral contribuiu para o adoecimento e manteve indenização por danos morais.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a responsabilidade do empregador pela saúde mental no trabalho, inclusive em casos de concausa, e reconhece a nulidade de pedido de demissão quando há fragilidade psíquica. Destaca a necessidade de prevenção de fatores psicossociais de risco e de gestão adequada de saúde ocupacional.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/11a-camara-reconhece-concausa-entre-trabalho-e-transtornos-mentais-e-declara-nulo-o>

## 8. TRT-15 mantém improcedência de pedido de indenização por conflito entre empregados no ambiente de trabalho


 TRT-15 manteve decisão que rejeitou pedido de indenização por danos morais de trabalhadora envolvida em conflitos com colegas, entendendo que a empresa adotou medidas disciplinares adequadas, incluindo suspensão de envolvidos.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a responsabilização do empregador exige prova de omissão ou falha na gestão do ambiente de trabalho. Também destaca a limitação da


intervenção judicial na dosimetria de penalidades aplicadas internamente, desde que proporcionais e regulares.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/3a-camara-mantem-decisao-que-rejeitou-pedido-de-trabalhadora-apos-conflito-no-ambiente>


### 9. Indeferimento de perícia em degradação ambiental caracteriza cerceamento de defesa


 Decisão reconhece que o indeferimento de prova pericial em ação envolvendo dano ambiental, quando essencial para apuração da existência, extensão ou autoria do dano, configura cerceamento de defesa. Nesses casos, a sentença deve ser anulada para reabertura da instrução probatória, visto que a prova técnica é considerada indispensável em controvérsias ambientais complexas.


 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça o devido processo legal em autuações e ações civis ambientais, impedindo condenações baseadas apenas em autos administrativos ou presunções. Ainda, amplia a possibilidade de anulação de decisões desfavoráveis ao produtor quando não houver instrução técnica adequada.

 <https://www.conjur.com.br/2026-abr-20/indeferir-pericia-sobre-dano-ambiental-e-cerceamento-de-defesa/>


### 10. STJ fixa competência da Justiça Federal em litígios entre particulares envolvendo áreas sob reivindicação quilombola


 O STJ fixou que compete à Justiça Federal julgar ações possessórias entre particulares quando o imóvel estiver situado, ainda que parcialmente, em área reivindicada por comunidade quilombola. A controvérsia ultrapassa o interesse privado, pois envolve direitos territoriais protegidos constitucionalmente e a atuação do Incra.

 **RELEVÂNCIA:** Demonstra que regiões com sobreposição fundiária ou processos de regularização de territórios tradicionais devem ser julgados pela Justiça Federal, por envolver interesse da União.

 <https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2026/23042026-Cabe-a-Justica-Federal-julgar-disputa-entre-particulares-por-imovel-reivindicado-por-quilombolas.aspx>


### 11. STF confirma constitucionalidade de restrições à aquisição de terras rurais por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro


 O Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que empresas brasileiras controladas por estrangeiros estão sujeitas às mesmas restrições impostas a estrangeiros na aquisição de imóveis rurais. A Corte reconheceu a recepção da Lei nº 5.709/1971 pela Constituição de 1988 e validou exigências como autorização estatal e limites de área, tendo como fundamento central foi a proteção da soberania nacional e do controle territorial.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão consolida a interpretação sobre aquisição de terras por capital estrangeiro trazendo previsibilidade jurídica, limita a internacionalização via aquisição direta de terras e reduz riscos de nulidade de negócios e divergências cartoriais.

 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-valida-restricoes-a-compra-de-terras-por-empresas-brasileiras-controladas-por-estrangeiros/>


### 12. TJSP admite aplicação do art. 68 do Código Florestal em fase de cumprimento de sentença ambiental

 O Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao agravo para reconhecer a possibilidade de aplicação do art. 68 da Lei nº 12.651/2012 em fase de cumprimento de sentença, mesmo em obrigações ambientais já judicializadas (artigo que dispensa proprietários rurais de recompor, compensar ou regenerar se a supressão de vegetação nativa respeitou os percentuais vigentes à época do desmatamento). A decisão afirma a incidência imediata das regras de transição do Código Florestal, conforme entendimento do STF.

 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que o Código Florestal Brasileiro, especialmente o art. 68, tem aplicação imediata, inclusive em processos antigos, garantindo tratamento uniforme aos produtores rurais.

 [2284406-62.2025.8.26.0000](https://www.tjsp.jus.br/portal/decisao/2284406-62.2025.8.26.0000)

### 13. STJ afasta exigência de notificação pessoal de proprietários em processo de demarcação de terras indígenas

 A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o procedimento de demarcação de terras indígenas não exige notificação pessoal dos proprietários afetados, sendo suficiente a publicidade por meio de atos oficiais. O Tribunal entendeu que o rito previsto no

Decreto nº 1.775/1996 garante o contraditório ao permitir manifestação posterior dos interessados, desta forma, restabeleceu a validade da demarcação da terra indígena.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão consolida entendimento jurisprudencial que reduz a exigência de participação direta dos proprietários rurais nas fases iniciais da demarcação, o que pode aumentar a insegurança jurídica e reforça a necessidade de monitoramento ativo de publicações oficiais.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2026-abr-27/demarcacao-de-terra-indigena-dispensa-notificacao-pessoal-de-proprietarios/>

#### 14. Recuperação extrajudicial de produtor rural pessoa física e suspensão de execuções contra garantidores

📄 A 11ª câmara de direito privado do TJSP decidiu que produtores rurais que entraram em recuperação extrajudicial também podem suspender cobranças de dívidas nas quais aparecem como garantidores, mesmo que essas dívidas estejam ligadas a Cédula de Produto Rural.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão é relevante porque reconhece que produtores rurais pessoas físicas que ingressam em recuperação extrajudicial podem estender os efeitos do procedimento também às obrigações assumidas como garantidores ou devedores solidários, suspendendo execuções individuais mesmo quando a dívida decorre de garantia prestada em operação rural.

🔗 [2022826-78.2026.8.26.0000.pdf](#)

#### 15. Limitação à majoração automática do ITCMD sobre imóveis rurais


📄 O TJSP manteve decisão que afastou a exigência de ITCMD calculado com base em valor superior ao previsto na Lei Estadual nº 10.705/2000, reconhecendo que o Estado de São Paulo não pode utilizar os critérios do Decreto nº 55.002/2009 para majorar automaticamente a base de cálculo do imposto. O Tribunal entendeu que eventual divergência quanto ao valor declarado pelo contribuinte deve ser apurada por procedimento administrativo de arbitramento, e não por aplicação direta de parâmetros fixados em decreto.


📌 **RELEVÂNCIA:** Em que pese tratar-se de imóvel urbano, a decisão faz menção ao imóvel rural e deixa claro que, no Estado de São Paulo, o valor declarado para fins de ITR funciona

como referência mínima legal para o cálculo do ITCMD incidente sobre imóvel rural, sujeito à revisão pela Fazenda em caso de discordância fundamentada.

 [1070335-91.2025.8.26.0053.pdf](#)


### 16. Autuação fiscal por isenção indevida de ICMS em fornecimento de energia a consumidores sem regularidade rural


 O Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo manteve autuação lavrada contra concessionária de energia elétrica por deixar de cobrar e recolher ICMS sobre operações de fornecimento de energia indevidamente tratadas como isentas. A fiscalização constatou que parte dos consumidores beneficiados como produtores rurais não possuía inscrição estadual válida, encontrava-se com cadastro inativo ou não apresentava CNAE compatível com atividade agropastoril.

 **RELEVÂNCIA:** O entendimento reforça que a fruição de benefícios fiscais relacionados ao consumo de energia elétrica rural depende da regularidade cadastral do produtor perante o Fisco estadual. Inscrição estadual inapta, cadastro inativo ou CNAE incompatível podem levar ao desenquadramento do benefício, com impactos tributários para os envolvidos e maior rigor na fiscalização do enquadramento como produtor rural.

 [Decisão nº 4145551-4.pdf](#)


### 17. Justiça anula auto de infração e reconhece pecuarista como produtor rural para fins de utilização de créditos de ICMS


 A Justiça de São Paulo anulou um auto de infração de aproximadamente R\$ 792 mil lavrado contra pecuarista acusado de utilizar indevidamente créditos de ICMS via e-CredRural. A perícia judicial concluiu que o contribuinte exercia efetiva atividade de criação, recria e engorda de gado bovino, e não mera atividade comercial de compra e venda de animais.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a caracterização como produtor rural deve observar a realidade econômica da atividade exercida, e não presunções formais do Fisco. O precedente protege pecuaristas que realizam ciclo produtivo efetivo de autuações baseadas em interpretação excessivamente restritiva das regras do ICMS e do e-CredRural.

 [1057168-07.2025.8.26.0053.pdf](#)


### 18. 1ª Vara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo reconhece incidência de ITR sobre Imóvel em Zona Urbana com destinação rural


 A 1ª Vara Cível da Comarca de Jaú/SP – TJSP reconheceu a inexigibilidade de IPTU sobre imóvel localizado em zona urbana, mas comprovadamente utilizado para atividade agropecuária, reconhecendo sua sujeição ao regime do ITR. O Município havia lançado IPTU sobre a fazenda, porém os proprietários demonstraram que o imóvel mantém destinação rural efetiva.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a incidência de IPTU ou ITR deve considerar a destinação econômica efetiva do imóvel, e não apenas sua localização em área urbana. O entendimento protege produtores rurais contra a cobrança indevida de IPTU sobre propriedades utilizadas em atividade agropecuária, mesmo quando inseridas em perímetro urbano

 [1004162-17.2025.8.26.0302.pdf](#)

### 19. CARF anula decisão por cerceamento de defesa em discussão sobre créditos de PIS na cadeia do café

 O CARF anulou o acórdão da DRJ por entender que parte da controvérsia não foi apreciada pela instância de origem, comprometendo o direito de defesa do contribuinte. Como a DRJ deixou de analisar argumento relevante apresentado na defesa, o Conselho determinou o retorno do processo para novo julgamento na origem.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que, em discussões tributárias a instância administrativa de origem deve apreciar integralmente todos os argumentos do contribuinte, sob pena de nulidade do julgamento e retorno do processo para reanálise.

 [11543.000087.2007-89.pdf](#)

*Este boletim tem caráter informativo e não substitui a análise jurídica específica de casos concretos.*